

**Práticas de governamentalidade nos campos de concentração:
constatações a partir de relatos de vida de sobreviventes**

Governmentality practices in concentration camps:
findings from survivors' testimonials

Prácticas de gobernabilidad en los campos de concentración:
hallazgos en las narraciones de vida de los sobrevivientes

Pedro Navarro

Universidade Estadual de Maringá (UEM/Brasil)
navarro.pl@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>

Edson Carlos Romualdo

Universidade Estadual de Maringá (UEM/Brasil)
ecromualdo@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-0892-7188>

Karine Giroto Barbara

Universidade Estadual de Maringá (PPG-UEM/Brasil)
karinegirotob@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7601-3156>

RESUMO

Este artigo, pautado no campo teórico e metodológico dos Estudos Discursivos foucaultianos, objetiva discutir as práticas de governamentalidade existentes no processo de extermínio criado pelos alemães durante o governo nazista. Para tanto, tomou-se como ponto de partida o enunciado reitor *Arbeit Macht Frei*

* Sobre os autores ver páginas 198-199.



materializado em uma placa alocada na entrada do campo de concentração de Auschwitz. A partir desse enunciado, destacou-se como *corpus* uma série enunciativa formada por relatos de vida de sobreviventes que recuperam enunciados nazistas com o mesmo funcionamento discursivo da placa. Como resultado, as análises sinalizam para a existência de práticas de governamentalidade nos campos de concentração que visavam garantir, nos prisioneiros, corpos dóceis e úteis desde o momento da deportação até a morte nas câmaras de gás.

PALAVRAS-CHAVE: *Análise de discurso foucaultiana; Práticas de governamentalidade; Biopolítica; Necropolítica; Shoah.*

ABSTRACT

This article, based on the theoretical and methodological field of Foucault's Discourse Studies, aims to discuss the governmentality practices of the extermination process created by Germans during the Third Reich. To do that, the starting point used was dean Arbeit Macht Frei's utterance on a plaque outside Auschwitz. From that utterance, we highlighted as corpus a series of utterances from survivors' testimonials that recover Nazi utterances with the same discourse as the plaque. As a result, the analysis points to the existence of governmentality practices in the concentration camps that aimed to make sure prisoners were docile and useful bodies from the start of their deportation until they died in the gas chambers.

KEYWORDS: *Foucauldian discourse analysis.; Governmentality practices; Biopolitics; Necropolitics; Shoah.*

RESUMEN

Este artículo, basado en el marco teórico y metodológico de los Estudios Discursivos de Foucault, tiene como objetivo discutir las prácticas gubernamentalizadas existentes en el proceso de exterminio creado por los alemanes durante el gobierno nazis. Para ello, se tomó como punto de partida la declaración del rector Arbeit Macht Frei materializada en una placa puesta en la entrada del campo de concentración de Auschwitz. A partir de este enunciado se ha puesto en relieve como corpus, una serie enunciativa formada por relatos de vida de sobrevivientes que recuperan enunciados nazis con el mismo funcionamiento discursivo de dicha placa. Por consiguiente, los análisis apuntan a la existencia de prácticas gubernamentalizadas en los campos de concentración que buscaban garantizar, en los presos, cuerpos apacibles y útiles desde el momento de la deportación hasta la muerte en las cámaras de gas.

PALABRAS CLAVE: *Análisis del discurso foucaultiano; Prácticas de gobernabilidad; Biopolítica; Necropolítica; Shoah.*

1 Considerações iniciais

Foucault (1988) observa que, quando o poder soberano já não podia gerir a sociedade apenas com o seu direito de matar, surge uma nova maneira

de governar que se volta ao poder de fazer viver. Chamada pelo filósofo de biopolítica, essa forma de gerir a população busca discipliná-la e controlá-la por práticas sutis que investem sobre um corpo saudável, dócil e produtivo.

Entretanto, essa nova forma de investir sobre a vida dos homens encontra seus limites com a ascensão de regimes totalitários, que, com o seu direito e poder de fazer viver, reclamam um direito de, também, matar. Essa submissão da vida ao poder da morte é chamada por Mbembe (2016) de necropolítica. Assim, o paradoxo entre a manutenção da vida de uns que depende da morte de outros conquista, mais de uma vez, lugar na história.

Discutir sobre regimes totalitários, biopoder e necropolítica na atualidade faz-se cada vez mais urgente. Essa discussão se justifica, pois assistimos, nos últimos anos, à ascensão da extrema-direita em diversos países pelo mundo. Ao lado desses governos, crescem também discursos negacionistas que visam distorcer e/ou negar tragédias históricas que ocorreram sob o governo de regimes autoritários. Além disso, muitos pedem e defendem, ainda, a volta de determinados regimes, colocando em risco a nossa, já frágil, democracia.

Portanto, visando discutir aspectos de um catastrófico evento do passado e que tem sido revisitado pelo presente sem a conscientização necessária, apoiamo-nos em Gregolin (2000) quando afirma que “olhar para o tempo pretérito é uma forma de compreendê-lo e de restaurá-lo para a posterioridade”. Assim, buscamos, nesta análise, voltar nosso olhar para um dos piores acontecimentos do século XX e que se configurou como o limite extremo do biopoder: a *Shoah*¹. Para tratar de tal evento, optamos por dar voz àqueles que conheceram de perto a *bio/necropolítica* colocada em prática pelo regime nazista: os sobreviventes.

Dar voz a essas pessoas que seriam silenciadas é crucial nos tempos em que vivemos, pois, no tocante às atrocidades nazistas cometidas contra o povo judeu, há uma disputa entre o que é verdadeiro e o que é falso. Ainda hoje, é possível encontrar discursos que, em sua vontade de verdade, buscam negar ou distorcer os acontecimentos da *Shoah*. Prezar pelo direito privilegiado de quem fala, nesses casos, auxilia no combate à desinformação que vem tomando conta do Brasil e do mundo. Assim, ecoando as vozes dos próprios sobreviventes, buscamos rememorar, neste artigo, esse catastrófico período da história.

Com um saldo de mais de seis milhões de mortos, a *Shoah* teve lugar a partir de um racismo de Estado que defendia a manutenção e a preservação de uma raça em detrimento de outra. Os judeus, considerados sujeitos infames pelo regime nazista, foram, inicialmente, boicotados e excluídos da sociedade alemã. Posteriormente, a comunidade judaica que ainda se encontrava na

¹ Optamos pelo uso do termo *Shoah* em substituição ao termo Holocausto para nos referirmos às atrocidades cometidas pelos nazistas contra o povo judeu. Tal escolha se deve pela origem semântica do termo Holocausto, que designa uma morte voluntária de acordo com uma vontade divina (DANZINGER, 2007), o que não condiz aos fatos ocorridos.

Alemanha e nos territórios ocupados foi sistematicamente deportada para campos de concentração nos quais aconteceu o maior genocídio da modernidade. Nesse contexto, a pergunta que guia nosso percurso analítico é se é possível afirmar que existiam práticas de governamentalidade para gerir esse sistema nazista de exploração e de assassinato.

O principal objetivo desta reflexão é, então, discutir as práticas de governamentalidade existentes no processo de extermínio criado pelos alemães. Para tanto, por meio da análise de relatos de vida de sobreviventes, buscamos identificar as táticas utilizadas pelos nazistas para manter os prisioneiros como corpos dóceis e úteis ao sistema, mesmo diante da morte.

Para atingir os objetivos descritos, tomamos como ponto de partida, conforme desenvolvido por Foucault (2008) em seu método arqueológico, um enunciado reitor em torno do qual gravita nossa série enunciativa. Nosso enunciado reitor é a placa alocada na entrada do campo de concentração de Auschwitz com os dizeres *O trabalho liberta*. A partir desse enunciado, analisamos uma série enunciativa formada por relatos de sobreviventes que recuperam enunciados nazistas com o mesmo funcionamento discursivo da placa.

Para empreender este gesto analítico, pautamo-nos no campo teórico e metodológico dos Estudos Discursivos foucaultianos, em especial nas noções de biopolítica, governamentalidade, enunciado reitor e função enunciativa.

2 Nazismo: uma biopolítica paradoxal e extrema

Para compreender o paradoxo da biopolítica posta em prática pelo regime nazista, é preciso observar brevemente o caminho evolutivo das formas de poder da sociedade. Para isso, apoiamo-nos nas discussões de Foucault (1988). O filósofo parte suas reflexões do poder soberano, que se configurava como o direito de causar a morte em nome de um superior a ser defendido. Nessa forma de gerir, o soberano marcava seu poder sobre a vida pela morte que tinha condições de exigir (FOUCAULT, 1988). Porém, a partir da época clássica, houve uma grande transformação nesse mecanismo de poder: o direito de morte passou a se configurar como um direito da sociedade de garantir, manter e desenvolver sua própria vida (FOUCAULT, 1988). Nesse momento, “as guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

O poder de morte deixa de se voltar para a questão jurídica da soberania e volta-se para a questão biológica da população, sendo mortos apenas os que se constituem como um perigo biológico para os demais (FOUCAULT, 1988). “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa” (FOUCAULT, 1988, p. 130). Entretanto, é

somente a partir do século XVII que o poder sobre a vida – biopoder – passa a se desenvolver concretamente (FOUCAULT, 1988).

O biopoder se desenvolve sobre dois polos interligados. O primeiro polo centra-se no corpo como máquina, ou seja, “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 131). Chamada de disciplinar, essa tomada de poder é individualizante e “manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo” (FOUCAULT, 1999, p. 297). O segundo polo, por sua vez, é massificante e volta-se ao corpo-espécie, ou seja, aos processos biológicos da vida humana, quais sejam, “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

No entanto, com a ascensão de regimes totalitários, essa transição do poder soberano para a biopolítica encontra seus limites. Nesse tipo de governo, em uma fusão extrema entre as duas formas de poder, o Estado, mais que ter o poder de gerir a vida da população, reclama por um direito, também, de gerar a morte de determinados grupos humanos.

Para exercer o poder de matar, o Estado recorre ao discurso de eliminação e de purificação das raças, pois o biopoder só admite o imperativo de morte quando a vitória de uma raça sobre a outra não tiver causas políticas, mas biológicas (FOUCAULT, 1999). Portanto, “o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano de matar implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo” (FOUCAULT, 1999, p. 309).

O filósofo explica que a primeira função do racismo é fazer cesuras no biológico sobre o qual se dirige o biopoder, defasando umas raças em relação a outras (FOUCAULT, 1999). O poder coloca, assim, determinado grupo humano à margem e o desqualifica. O Estado prega a morte de uma parcela da população, considerada infame, com vistas a preservar o restante do corpo social.

Para essas formas de radicalização dos mecanismos de poder, surge na contemporaneidade um novo conceito que nos interessa neste trabalho. Mbembe (2016), em um diálogo com a obra de Foucault, conclui que o conceito de biopolítica é insuficiente na discussão sobre as formas atuais de submissão da vida ao poder da morte. Assim, o filósofo propõe o conceito de necropolítica para designar esse exercício extremo da biopolítica proposta por Foucault (1988). Para Mbembe (2016), na atualidade, a necropolítica desenvolve novas formas de destruição máxima da população, criando “mundos de morte” e transformando as pessoas em “mortos-vivos”.

Considerando-se o exposto, problematizamos o exemplo da bio/necropolítica colocada em prática na Alemanha, onde a eliminação do perigo biológico que justificaria a morte de uns em detrimento de outros foi uma constante nos argumentos genocidas dos nazistas. Os judeus foram

tomados como homens infames² que, em sua existência, colocavam o povo alemão em risco. Hitler, através de seus discursos fervorosos e de sua intensa propaganda antissemita, convenceu os alemães de que os judeus eram uma ameaça biológica e política para a manutenção da raça ariana. Dessa forma, surge o paradoxo extremo da *biopolítica* nazista: preservar a raça ariana e o povo alemão, levando a *necropolítica* a mais de seis milhões de pessoas.

Afinal de contas, o nazismo é, de fato, o desenvolvimento até o paroxismo dos mecanismos de poder novos que haviam sido introduzidos desde o século XVIII. Não há Estado mais disciplinar, claro, do que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações biológicas sejam adotadas de uma maneira mais densa e mais insistente. Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque a sociedade nazista (FOUCAULT, 1999, p. 309).

Vale destacar que o poder de morte, no governo nazista, era um poder generalizado, ou seja, não se limitava ao Estado, ao contrário, foi estendido a um número considerável de pessoas (FOUCAULT, 1999). Assim, toda a população participou, direta ou indiretamente, do genocídio judeu. Indiretamente, pois, para Foucault (1999), tirar a vida não é somente o assassinio direto, mas, também, “o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 306). Os judeus foram submetidos a todas essas formas de mortes, uma vez que, desde o início, as leis estabelecidas pelos nazistas lhes tiravam “o direito de ser cidadão, de ter uma pátria e de ter uma fronteira como referência geográfica. E, o pior de tudo, perdiam também o direito de serem vistos como seres humanos” (CARNEIRO, 2000, p. 30, grifo da autora).

Após essa exclusão inicial, os judeus começaram a ser deportados aos guetos e aos campos de concentração, nos quais as condições de vida eram completamente desumanas. Os prisioneiros, se não eram mortos ao chegarem, eram expostos à morte pelo frio, fome, violência, falta de higiene, trabalho exasperador, entre outros motivos. Destacamos, nesta análise, a questão do trabalho.

Os prisioneiros eram deportados aos campos para serem mortos, mas, mesmo condenados, tinham seus corpos explorados até o limite na produção de aparatos de guerra para o exército alemão. Para maximizar a produtividade, os nazistas adotaram uma prática de seleção. Ao chegarem aos campos, as crianças, idosos e doentes eram imediatamente encaminhados para as câmaras

² Referimo-nos à análise de Foucault sobre a relação entre sujeito e poder, em especial quando concebe o poder como algo que lança luz sobre “homens infames” esquecidos da história. Essa condição lhes reserva o autor, logo no início desse texto, quando assim descreve: “Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves” (FOUCAULT, 2006, p. 203).

de gás. Os demais, que se encontravam em melhores condições físicas, eram poupados para que trabalhassem na máquina de guerra nazista. Assim, as máquinas de produção e de extermínio funcionavam concomitantemente. Nesse contexto, retomamos o questionamento que guia nossa análise: haveria, nesse processo, práticas de governamentalidade para maximizar a utilização produtiva desses corpos vetando, ao mesmo tempo, uma possibilidade de revolta diante dos horrores cometidos? Na próxima seção, traçamos nosso percurso analítico buscando responder a essa questão.

3 Práticas de governamentalidade nos campos de concentração

A mobilização dos conceitos de Foucault em uma análise discursiva requer, muitas vezes, algumas adaptações. Em nosso caso, buscamos mobilizar o conceito de governamentalidade, desenvolvido pelo filósofo, para dentro dos campos de concentração, cientes de todas as diferenças que tal analogia implica.

De acordo com Foucault (2012), a governamentalidade é posta em prática desde o século XVIII. O objetivo final de um governo, para o autor, não é governar, mas melhorar a vida da população para a qual governa. Para tanto, o governo, pelas práticas de governamentalidade, se vale de campanhas e de técnicas que agem diretamente sobre a população, sem que, muitas vezes, as pessoas se deem conta dessas ações (FOUCAULT, 2012). Assim, o ato de gerir, ainda conforme expõe Foucault (2012), sempre mobiliza três pontos: soberania, disciplina e gestão governamental.

A partir desses pressupostos, buscamos pensar os campos de concentração como um Estado criado pelo governo nazista onde soberania, disciplina e gestão governamental se faziam presentes. A manutenção da ordem no campo era essencial para que a produção do maquinário de guerra funcionasse perfeitamente. Em concomitância à produção, outra máquina funcionava sem parar: a de extermínio. A análise investiga a existência de táticas que garantiam ou, ao menos, visavam ao pleno funcionamento desse processo.

Partimos de um enunciado reitor, inspirados pela ideia de árvore de derivação de discursos, descrita por Foucault (2008). De acordo com esse autor, a arqueologia constitui algo que se assemelharia a uma árvore de derivação, em cuja raiz, ficam os enunciados reitores, que, por efeito de uma escolha estratégica, abrem espaço para outros enunciados com a mesma formação discursiva. Para Voss e Navarro (2013, p. 103), é a partir do enunciado reitor “que se constitui o que chamamos de série enunciativa: a rede de enunciados que, dentre os mais diversos funcionamentos discursivos, empregam as mesmas regras de formação”.

Os referidos autores argumentam ainda que tais enunciados, por estarem na base da árvore de derivação, podem estar, também, “no centro de acontecimentalização de enunciados marcantes e memoráveis” (VOSS;

NAVARRO, 2013, p. 102), tal como um grande evento histórico. No caso desta pesquisa, o evento histórico em destaque é a *Shoah* e para empreender este gesto analítico, tomamos como enunciado reitor a placa fixada na entrada do campo de concentração de Auschwitz³. Na entrada do campo, acima de um grande portão, destacava-se uma placa que enunciava, em letras maiúsculas e na língua alemã, o seguinte: *Arbeit Macht Frei*. Em português, *O trabalho liberta*.

Em nossa análise, propomos descrever a função enunciativa que torna esse conjunto de signos linguísticos um enunciado e, dessa forma, passível de ser analisado. Para tanto, partimos de Foucault (2008), que nos oferece quatro direções de descrição da função enunciativa, quais sejam, referencial, posição do sujeito, domínio associado e materialidade.

No que tange ao referencial, Foucault (2008) salienta que a relação do enunciado com aquilo que ele enuncia não é a mesma que os elementos linguísticos têm com o que designam. Dessa forma, ao analisarmos o referencial de um enunciado, não devemos levar em conta a relação estreita entre significante e significado ou as noções de verdade e de lógica preestabelecidas. É preciso analisar as relações estabelecidas especialmente entre o enunciado e o que ele enuncia, pois, entre eles, “há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do enunciado” (GREGOLIN, 2004, p. 27).

Isso posto, voltemos ao enunciador reitor: *O trabalho liberta*. Esses signos linguísticos podem reaparecer inúmeras vezes no decorrer da história. Entretanto, o enunciado materializado na entrada do campo de extermínio de Auschwitz, o maior estabelecido pelos nazistas, é único e produz relações discursivas únicas. Logo, é irrepetível.

A colocação *dessa* placa, com *esses* dizeres, na entrada do *maior* campo de extermínio não foi aleatória. Olhar para a relação que envolve o enunciado, o que ele enuncia, os sujeitos aos quais enuncia, o momento em que enuncia, no local em que enuncia, coloca-nos a pensar no propósito daquilo que é enunciado. *O trabalho liberta*. Uma frase afirmativa que sinaliza para a liberdade advinda do trabalho. Liberdade, porém, que nunca foi alcançada pelos milhões de prisioneiros que morreram após atravessarem esses portões. Nesse caso, o propósito discursivo do enunciado destacado era reduzir a força de resistência das pessoas que acabavam de chegar ao campo e que, tomadas por uma vontade de verdade, acreditavam na utópica liberdade que lhes era apresentada. Utópica, porque era irreal e sem lugar.

Essa utopia posta, estrategicamente, na entrada de um lugar heterotópico por excelência, ou seja, de um lugar absolutamente outro e que se opõe a todos os outros (FOUCAULT, 2013), se apresenta como um paradoxo cruel. Um sem-lugar em um lugar-outro que estava destinado a desaparecer junto com suas vítimas, sem deixar vestígios.

³ Para visualizar a imagem da entrada do campo de concentração de Auschwitz na íntegra, acessar: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/photo/view-of-the-main-entrance-to-the-auschwitz-camp>. Acesso em: 15 out. 2020

Já em relação à segunda direção de análise, Foucault (2008) nos leva a pensar na posição do sujeito que enuncia. O fato é que todo enunciado precisa de um “autor” ou uma instância produtora, mas esses papéis, na Arqueologia, não correspondem ao sujeito do enunciado, que não se reduz aos elementos gramaticais (FOUCAULT, 2008). Para Foucault (2008), o sujeito de um enunciado é definido por um conjunto de requisitos e possibilidades que formam uma posição sujeito; esta, por sua vez, é um lugar vazio e pode ser ocupada por indivíduos diferentes que se enquadrem nas condições dessa posição.

No caso do enunciado destacado, considerando-se seu referencial e as relações estabelecidas anteriormente, sua posição sujeito pode ser preenchida por aqueles que se identificavam com a ideologia nazista e assumiam postos de poder dentro dos campos. Os sujeitos são, então, os soldados nazistas que trabalhavam para que a máquina de extermínio funcionasse plenamente e que (re)enunciavam a falsa premissa de que o trabalho libertaria os prisioneiros para mantê-los produtivos e dóceis durante todo o processo.

Outra direção de análise proposta pelo filósofo é a materialidade. Para Foucault (2008), para que uma sequência linguística seja considerada um enunciado, ela precisa ter uma existência material, ou seja, “precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2008, p. 114). Nosso enunciado reitor é materializado, conforme já sinalizado, pela placa em aço posta acima do portão de entrada de Auschwitz.

Para além do indício de existência do enunciado, destacamos que essa placa materializa, também, a existência do exercício da governamentalidade nazista que procuramos discutir com esta análise. Os prisioneiros que chegavam ao campo se deparavam com esse enunciado sem imaginar o destino que os aguardava. Essas pessoas eram tiradas dos vagões de transporte aos gritos pelos soldados nazistas, mas, impelidas pela possibilidade de liberdade materializada na placa, suas condutas se adequavam de maneira cooperativa aos processos que transcorreriam a partir de então.

Por fim, passamos ao domínio associado ou campo associativo, sem o qual a função enunciativa não existe (FOUCAULT, 2008). Esse elemento é constituído por formulações nas quais o enunciado se insere, por formulações as quais ele se refere, por formulações ulteriores propiciadas por ele e, por fim, é constituído pelo conjunto das formulações que compartilham o mesmo *status*. Para os limites desta análise, focalizamos o campo associativo do enunciado reitor pelos enunciados ulteriores propiciados por ele, os quais formam nossa série enunciativa.

Nossa série enunciativa é formada por relatos de sobreviventes que passaram por campos de concentração e extermínio. Escolhemos por essas materialidades, pois, conforme afirma Foucault (2008, p. 3), “por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar”. As histórias dos sobreviventes da *Shoah*, tal

como as dos homens infames do dispositivo das *Lettres de Chachet*, estavam destinadas a “passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas” (FOUCAULT, 2006), mas resistiram e sobreviveram. Dar voz a essas pessoas que estavam destinadas ao silêncio é prezar pelo direito privilegiado de quem fala e valorizar as narrativas que, apesar da dor e do trauma, foram registradas e se apresentam como práticas de resistências, que têm por objetivo não permitir que tal período seja esquecido, evitando que a história se repita.

Portanto, para formar nossa série enunciativa, voltamos nosso olhar para dois documentos de caráter histórico que registraram essas vozes. O primeiro é o documentário *Shoah* do cineasta francês Claude Lanzmann. O filme, com duração de quase dez horas, é integralmente composto por depoimentos de sobreviventes, entrevistas de civis e, até mesmo, de ex-oficiais nazistas. O segundo documento, por sua vez, trata-se de uma coleção de livros intitulada *Histórias de vida: refugiados do nazifascismo e sobreviventes da Shoah*. Essa coleção foi desenvolvida por pesquisadores do departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e reúne relatos e histórias de vida de refugiados e sobreviventes radicados no Brasil. Assim, desse extenso arquivo sobre as atrocidades nazistas, recortamos duas materialidades distintas, mas que constroem uma mesma formação discursiva: a testemunhal.

Compreendendo a importância desses documentos históricos, nós, na condição de analistas de discursos, voltamo-nos a eles com outro olhar. Na esteira do que propõe Foucault (2008), qualificamos tais relatos como monumentos, para questioná-los e buscar as relações que estabelecem. Para tanto, nos dois documentos, analisamos especificamente os relatos de vida dos próprios sobreviventes e recortamos trechos que sinalizam possíveis práticas de governamentalidade nazista. Destacamos que, nos trechos recortados, há a recuperação da voz dos soldados alemães que enunciaram, no passado, tais práticas.

Dessa maneira, nossa série enunciativa é formada também por enunciados alemães que gravitam em torno do enunciado reitor que elegemos para esta análise. Tais enunciados são retomados e materializados nos relatos de vida dos sobreviventes. Sabemos que essa mobilização pode se mostrar problemática, pois, uma vez realizado, o enunciado não pode ser repetido com as mesmas funções enunciativas da situação original de enunciação. Porém, sabemos que os nazistas fizeram o máximo possível para eliminar as provas do genocídio cometido. Para se ter acesso a certas especificidades, os relatos dos sobreviventes são umas das principais fontes de informação. Portanto, justificamos nossa escolha apoiando-nos em Foucault (2008, p. 118, grifo do autor) quando afirma que “o enunciado tem a particularidade de poder ser *repetido*: mas sempre em condições estritas”.

A fim de identificar as práticas de governamentalidade do processo de extermínio criado pelos nazistas, buscamos, nos limites desta análise, analisar

quatro recortes. Os dois primeiros se referem a momentos antes da deportação e os outros dois, ao encaminhamento dos prisioneiros para as câmaras de gás.

A primeira sequência discursiva (SD) sinaliza que, durante o processo de deportação, práticas de persuasão já eram aplicadas.

SD 1: Assim, depois de uma semana fomos encaminhadas para Auschwitz. A ordem foi vestir uma roupa bonita porque iríamos para o trabalho (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017b, p. 164).

Nesse pequeno recorte, já é possível visualizar os três pontos de um regime de governamentalidade, conforme propôs Foucault (2012): soberania, disciplina e gestão. A soberania é evidenciada pela sobrevivente com o uso da palavra *ordem* ao se referir à enunciação dos alemães. Vestir uma roupa melhor não se apresentou a esses prisioneiros como uma sugestão ou um pedido dos nazistas, mas como uma ordem, que deveria ser obedecida. Pela escolha lexical da sobrevivente, a relação de poder coercitivo é estabelecida.

No que diz respeito à disciplina, atentemo-nos ao conteúdo da ordem dada. Vestir-se melhor para ir trabalhar retoma o comprometimento que se tem com essa atividade social. Esse valor retomado pelos nazistas, mesmo que como um sem-lugar para esses prisioneiros, liga-se ao poder disciplinar no sentido do adestramento da população quanto às condutas a serem seguidas ou aos valores a serem internalizados. Esse valor evidencia a gestão governamental desse governo: manter a docilidade dos corpos destinados à morte através da ilusão, da persuasão. Assim, a docilidade é garantida pela possibilidade de trabalho apresentada aos prisioneiros. O mesmo funcionamento discursivo ocorre na SD 2.

SD 2: Os alemães prometiam que iríamos trabalhar no campo e que teríamos melhores condições de vida. Ninguém acreditava. [...] Pensávamos que íamos trabalhar nas fábricas de sabão. Depois, éramos retirados aos gritos dos vagões e separados em três grupos: homens velhos e inaptos para o trabalho, mulheres grávidas e mulheres que não quiseram se separar de suas crianças iam diretamente para a morte (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017a, p. 197).

No primeiro período desse recorte, observamos a retomada de voz dos alemães que é introduzida pelo verbo *dicendi* prometer. Trata-se, então, de um compromisso que os soldados estabeleciam com os prisioneiros. Mais uma vez, o trabalho é tomado como tema de discurso e usado como mecanismo de persuasão. Nessa SD, a promessa era de melhores condições de vida, que, colocada em posição de sinonímia à ideia da liberdade materializada no enunciado reitor, seria conquistada por meio do trabalho.

Ao destacar que *ninguém acreditava*, o sobrevivente sinaliza para o fato de que essas promessas eram recorrentes, evidenciando que as táticas de persuasão eram constantes. Porém, em determinado momento, a liberdade deixou de ser uma possibilidade palpável para os prisioneiros e materializou-se como uma utopia, afinal, *ninguém acreditava*. Mesmo com essa afirmativa, o discurso do sobrevivente falha e a esperança que ainda restava nessas pessoas é evidenciada: *Pensávamos que íamos trabalhar nas fábricas de sabão*. Entretanto, o nazismo mostrava-lhes, mais uma vez, a sua face, e, minando a esperança restante, os prisioneiros que não estavam em condições de trabalhar não eram considerados úteis ao sistema e *iam diretamente para a morte*. Assim, podemos dizer que a proposição da placa era, também, enunciada pelas ações. Novamente, diante dos prisioneiros, o enunciado se apresentava: *O trabalho liberta*.

A terceira SD, por sua vez, é um relato de um prisioneiro do Comando Especial, ou seja, um judeu que era obrigado a trabalhar nas câmaras de gás e nos crematórios. Diz o sobrevivente:

SD 3: Aumeyer se dirigiu à multidão: “Vocês estão aqui para trabalhar, para que nossos soldados possam lutar no front. Aqueles que puderem trabalhar estarão bem”. Era óbvio que a esperança fulgurou naquelas pessoas. Você podia sentir isto claramente. [...] Então Grabner falou: “Nós precisamos de pedreiros, eletricitas, todos os ofícios”. Em seguida, Hossler assumiu. Ele apontou para um homem baixo na multidão. Eu ainda posso vê-lo. “Qual o seu ofício?”. O homem disse: “Sr. Comandante, eu sou alfaiate.” “Um alfaiate? Que tipo de alfaiate?” “Masculino... Não, para ambos, homens e mulheres”. “Maravilhoso! Precisamos de pessoas como você nas nossas oficinas.” Então ele perguntou para uma mulher: “Qual é a sua profissão?” “Enfermeira”, ela respondeu. “Esplêndido! Precisamos de enfermeiras em nossos hospitais para os nossos soldados”. “Precisamos de todos vocês! Mas antes, dispam-se. Vocês precisam ser desinfetados. Nós os queremos saudáveis.” Eu pude ver que as pessoas estavam mais tranquilas. Tranquilizadas pelo que haviam escutado, e então começaram a se despir. [...] As roupas deles permaneceram no pátio, espalhadas em toda parte. [...] Por este artifício, um grande salto adiante tinha sido feito: agora as roupas poderiam ser usadas (SHOAH, 1985).

Novamente, o trabalho é discursivizado como o caminho para a sobrevivência. Os enunciados retomados por esses soldados nazistas configuram-se como ramificações do enunciado reitor. Os alemães ocupam a posição sujeito e (re)enunciam a proposição da placa, mas, agora, com outras palavras: *Aqueles que puderem trabalhar estarão bem*. Pelo movimento de substituição discursiva, vemos que a liberdade, sinalizada no enunciado reitor, foi substituída nos dois últimos relatos por outras formas de enunciar: ter melhores condições de vida e estar bem. O funcionamento discursivo, no

entanto, é o mesmo: em troca do trabalho, os prisioneiros estariam bem, com melhores condições de vida e, assim, alcançariam a liberdade. Com a continuação do relato, vemos o desenvolvimento dessa prática de governamentalidade por parte dos soldados ao estabelecer um diálogo com os prisioneiros.

Assim, os enunciados dos nazistas possuem o mesmo referencial e o mesmo sujeito do enunciado reitor, mas foram produzidos em um momento diferente e com um propósito discursivo diferente. No caso da placa na entrada do campo de concentração, o intuito era, além de minar a possibilidade de revolta, fazer os prisioneiros trabalharem o máximo possível visando à liberdade. Nesse relato, diante da câmara de gás, o argumento do trabalho persiste. Entretanto, esses corpos, classificados como inúteis pelos nazistas, não seriam encaminhados para o trabalho, mas para a morte. O intuito discursivo era, também, de minar a possibilidade de confusão ou resistência nesse momento, mas, para além disso, havia a intenção de maximizar a utilização de tudo o que os prisioneiros poderiam oferecer. Essa informação é evidenciada pelo próprio sobrevivente, pois, por essa prática, *as roupas poderiam ser usadas*. Corpos dóceis e úteis mesmo diante da morte.

Conforme descrito na próxima SD, ainda no vestiário, onde os prisioneiros se despiam, mais táticas eram utilizadas para docilizar esses corpos.

SD 4: Quando entravam no vestiário, aparecia um verdadeiro Centro Internacional de Informação! [...] E nos numerosos pilares de suporte do vestiário subterrâneo, estavam cravados cartazes em todos os idiomas: “A Higiene faz bem!”, “Um piolho pode matar!”, “Lave-se!”, “Para a sala de desinfecção!”. Todos esses cartazes tinham por única função atrair as pessoas já nuas, para que entrassem na câmara de gás. E à esquerda, em perpendicular, a câmara de gás equipada com uma porta maciça (SHOAH, 1985).

Nesse recorte, a prática de governamentalidade é enunciada diferentemente dos enunciados anteriores, pois não há uma referência expressa ao trabalho e a materialidade dos enunciados nazistas retomados são cartazes espalhados pelas paredes do vestiário. Em termos de gênero discursivo⁴, cartazes possuem funções sociais específicas, tais como a instrução e a persuasão. Funcionando como forma de complemento à narrativa nazista evidenciada na SD 3, os cartazes tinham por propósito discursivo convencer os prisioneiros da importância da higienização para que

⁴ BRAIT, B.; PISTORI, M.H.C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. *Alfa*, v. 56, n.2, p. 371-401, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5531>. Acesso em: 3 jun. 2013.

eles se encaminhassem espontaneamente para as câmaras de gás, sem atrapalhar o andamento do processo de extermínio.

Novamente, os três pontos que compõem o ato de gerir são visualizados nessa prática. O poder disciplinar é materializado pelo valor social da importância da higiene. Os enunciados, em outras situações, serviriam para guiar a população sobre uma conduta a ser tomada, mas, aqui, trata-se de uma tática fantasiosa. No que tange à soberania, ela é evidenciada pelo uso imperativo dessas instruções que, mais que instruir, ordenam. Já a gestão governamental, mais uma vez, se dá pela prática desenvolvida de gerir a ordem e o funcionamento do campo pela mentira. Assim, os prisioneiros, sem se darem conta, colaboravam com o processo de extermínio e caminhavam para a própria morte que aconteceria minutos depois.

Dessa forma, nosso percurso analítico responde afirmativamente a indagação inicial. Afirmamos, então, que existiam certas formas de exercício da governamentalidade no processo de extermínio traçado contra o povo judeu. Esse exercício visava, por meio da persuasão, da mentira e de uma utópica liberdade, projetar nos prisioneiros corpos dóceis e úteis ao sistema nazista, desde a deportação até a morte nas câmaras de gás.

4 Considerações finais

Buscamos, com esta análise, compreender uma parte do funcionamento de um governo totalitário que, através da biopolítica, pregava a manutenção da vida de uns e a morte de outros. Nesse paradoxo, tomamos contato com uma forma extrema de *biopolítica* que levou, através do preconceito de Estado, a *necropolítica* para mais de seis milhões de pessoas.

Como resultado, a partir do enunciado reitor *O trabalho liberta*, as análises de nossa série enunciativa sinalizam para a existência de práticas de governamentalidade nos campos de concentração. Tais práticas, conforme constatado nos relatos de vida dos sobreviventes, faziam alusão a uma utópica liberdade advinda do trabalho, como forma de manipulação e de manutenção de corpos dóceis e úteis ao sistema durante todo o processo de extermínio traçado pelos nazistas.

Foucault, segundo Baracuhy (2020, no prelo), “nos interpela no sentido de que somos responsáveis pela produção ou reprodução de verdades, pelo questionamento de práticas e estratégias que compõem espaços de exclusão, de segregação, de censura, de silenciamento”. Monumentalizar esses relatos, no sentido de dar visibilidade aos que estavam destinados à morte e de compreender um dos piores períodos da história, é o papel que nós, trabalhando no campo das relações de poder-saber, devemos realizar.

Além disso, compreender o funcionamento da bio/necropolítica e da responsabilidade do Estado na gestão da morte da população faz-se ainda necessário e atual. A observar a gestão catastrófica da pandemia da COVID-19 em nosso país é possível notar, na prática, a supervalorização de alguns

corpos em detrimento de outros, considerados infames pelo Estado. Uma gestão análoga a de uma necropolítica, por exemplo, pode ser visualizada neste momento no Brasil. Observa-se que, em meio a uma pandemia, corpos são deixados para morrer sem uma gestão eficiente, sem hospitais estruturados, sem um controle rígido da proliferação do vírus e sem uma expectativa concreta de vacinação em massa. Vemos, então, um exercício de biopolítica que não faz viver, mas que deixa e faz determinados corpos morrerem.

REFERÊNCIAS

BARACUHY, R. **Cartografias discursivas**: notas sobre as práticas discursivas do sujeito contemporâneo no espaço urbano. Pontes Editores. No prelo 2020.

CARNEIRO, M. L. T. **Holocausto**: crime contra a humanidade. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CARNEIRO, M. L. T.; MIZRAHI, R. (Org.). **Histórias de vida**: refugiados do nazifascismo e sobreviventes da Shoah – Brasil: 1933-2017. São Paulo: Maayanot, 2017a. Série Vozes do Holocausto, volume I.

CARNEIRO, M. L. T.; MIZRAHI, R. (Org.). **Histórias de vida**: refugiados do nazifascismo e sobreviventes da Shoah – Brasil: 1933-2017. São Paulo: Maayanot, 2017b. Série Vozes do Holocausto, volume II.

DANZINGER, L. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 50-58, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/985>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1925-1976). Tradução por Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. **Ditos & Escritos IV**. Tradução por Vera L. Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução por Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. Governamentalidade. *In*: _____. **Microfísica do poder**. Tradução por Roberto Machado. 27 ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução por Selma Tannus Muchail. São Paulo: Edições, 2013.

GREGOLIN, M. do R. Recitações do mito: a história na lente da mídia. *In*: _____. (Org.). **Filigranas do discurso**: as vozes da história. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. p. 19-34

GREGOLIN, M. do R. V. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. *In*: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. L. (Orgs.) **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 23-44.

MBEMBE, A. Necropolítica. Tradução por Renata Santini. **Artes & ensaios**, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SHOAH. **Direção de Claude Lanzmann**. Paris: IFC Films, 1985.

VOSS, J.; NAVARRO, P. A noção de enunciado reitor de Michel Foucault e a análise de objetos discursivos midiáticos. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 13, n. 1, p. 95-116, 2013. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/1496/1152. Acesso em: 10 set. 2020.

Recebido em 14 de junho de 2021.

Aceito em 18 de outubro de 2021.

Publicado em 30 de novembro de 2021.

SOBRE OS AUTORES

Pedro Navarro é doutor em Letras e Linguística pela UNESP, campus de Araraquara, SP, com estágio pós-doutoral em Linguística pela UNICAMP. Professor Associado da UEM, atuando na área de Linguística, com ênfase na Linha de Estudos do Texto e do Discurso. Integra o corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Instituição. É líder do Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM (GEF-CNPq/UEM) e Coordenador do GT – Estudos discursivos foucaultianos, junto à ANPOLL. É pesquisador bolsista produtividade pelo CNPq.
E-mail: navarro.pl@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>

Edson Carlos Romualdo é doutor e mestre em Filologia e Linguística Portuguesa pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP de Assis. Realizou pós-doutorado na

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde leciona na graduação em Letras e Letras e Pedagogia EAD e no Programa de Pós-graduação em Letras. Coordena o projeto interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias” e, atualmente, o projeto de extensão “Frida: uma vida animal na academia”.

E-mail: ecromualdo@uol.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0892-7188>

Karine Giroto Barbara é mestranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui especialização em Metodologias e práticas pedagógicas do ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Cândido Mendes e licenciou-se em Letras - Português pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Suas pesquisas estão norteadas pelos Estudos do Texto e do Discurso, com temáticas que envolvem a Shoah, a Segunda Guerra Mundial e a ascensão de regimes totalitários.

E-mail: karinegirotob@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7601-3156>